



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Considerando que a economia açoriana assenta na produção agro-pecuária, dela dependendo a maioria da sua população;

Considerando que a produção leiteira dos Açores representa 25% da produção portuguesa e cerca de 80% dos lactícínios fabricados são tradicionalmente vendidos no mercado continental;

Considerando que essa dependência tem sido suportada por uma política económica global e de âmbito nacional;

Considerando que, sem qualquer contacto técnico prévio e ignorando a disposição prevista no Decreto-Lei Nº 513/85, de 31 de Dezembro, que instituiu o Regime Nacional Anterior para o sector do leite e produtos lácteos, segundo a qual toda a legislação decorrente desse diploma-base pressupõe a audição dos Governos Regionais, o Governo da República fez publicar uma portaria alterando radicalmente o sistema de preços ao produtor e de subsídios nessa área do leite e produtos lácteos (Portaria Nº 733-C/86, de 4 de Dezembro);

Considerando que a vantagem relativa de que o sector leiteiro açoriano dispõe, à partida, e que lhe é conferido pela sua aptidão natural (condições edafo-climáticas favoráveis) foi cuidadosamente preservada pela Administração Regional que, através de uma política realista e não demagógica, tem conseguido manter um nível de custos



e de preços que permitia encarar com optimismo a adesão plena à CEE;

Considerando que os preços à produção foram mantidos abaixo dos preços comunitários, salvaguardando, a médio prazo, a competitividade externa, e a diferença de produtividade entre os Açores e o Continente conferia uma margem susceptível de cobrir o custo do transporte e da comercialização, remanescendo uma diferença, mais do que justificada, pela já invocada razão de ser este um dos poucos sectores em que a vantagem da Região em termos naturais se apresentava superior aos custos da insularidade;

Considerando que, por outro lado, o Governo da República ao pretender resolver, pela via administrativa, os problemas do sector industrial do Continente, sobretudo os da indústria leiteira de produtos não frescos, acabou por fazê-lo, mas sacrificando o próprio interesse nacional, na medida em que agrediu, significativamente, o sector fundamental da economia açoriana, de forma tão discriminatória, colidindo, frontalmente, com a filosofia da Política Agrícola Comum e do Tratado de Roma;

Considerando que já a Comissão Constitucional vinha entendendo, desde o seu parecer nº 20/77, que deveriam ser consideradas como questões respeitantes às Regiões Autónomas aquelas que respeitavam a interesses predominantemente regionais se pelo menos merecessem, no plano nacional, um tratamento específico no que toca à sua incidência nas Regiões, em função das particularidades destas e tendo em vista a relevância de que se revestiam para estes territórios.

Considerando, por último, que a Comissão Constitucional, no seu



ASSEMBLEIA REGIONAL

parecer nº 18/79, concluiu, igualmente, pela inconstitucionalidade de uma Portaria que punha em causa os princípios anteriormente referidos e num caso idêntico ao que agora afecta os interesses dos Açores.

Nestes termos:

A Assembleia Regional dos Açores, usando das prerrogativas que lhe são conferidas pelo artigo 281º, nº 1, alínea a), da Constituição, resolve solicitar ao Tribunal Constitucional que aprecie e declare, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade material e formal das Portarias nºs 733-C/86, de 4 de Dezembro, e 162/87, de 9 de Março, por violarem o disposto nos artigos 227º, nº 2, e 231º, nº 2, e com os efeitos previstos no nº 1 do artigo 282º, todos da Lei Fundamental.

ASSEMBLEIA REGIONAL DOS AÇORES	
Tít. Proposta de Resolução	
dos. Inconstitucionalidade da Portaria	
an nº 733-C/86 de 4/12 + 162/87 de 9/03.	
Classif. nº	5/87
Registo nº	38/03/987
Deposito nº	308

Horta 18 de Março de 1987

Carre

João Simões
Gerente Geral

[Signature]
[Signature]

ASSEMBLEIA REGIONAL	
Entrada	426
Data	1987 03 38